

GDF prepara força-tarefa para retirada

FRANCISCO STUCKERT

O GDF vai unir vários órgãos para retirar os PMs, bombeiros e policiais civis invasores dos becos de Taguatinga e Ceilândia. A proposta de criação de uma força-tarefa, segundo oficiais da Secretaria de Segurança Pública (SSP), partiu do Estado-Maior da PM.

A idéia é reunir integrantes das polícias Militar e Civil e Corpo de Bombeiros para formar o grupo que tentará retirar aproximadamente 400 agentes de segurança pública que há mais de 40 dias ocuparam os becos.

A proposta da PM foi encampada pela SSP, que ontem realizou reunião para dar início à empreitada. Quanto à retirada, não há, ainda, qualquer sinalização de que a desobstrução dos becos ocorrerá nos próximos dias. A idéia inicial do grupo é negociar uma saída pacífica dos servidores de segurança que invadiram as áreas.

O Sistema Integrado de Vigilância do Uso Solo (Siv-Solo) também integra o grupo, pois compete ao órgão a tarefa de comandar os tratores que põem no chão barreiros e casas construídos pelos invasores de lotes.

Segundo um oficial da PM, a força-tarefa, inicialmente,

não irá agir dessa forma. "Ela existirá para, primeiramente, discutir o problema", informa o oficial, que preferiu não se identificar.

Um dos primeiros documentos que a força-tarefa que começou a ser criada irá receber é o relatório da Secretaria de Fiscalização, que despatchou funcionários para Taguatinga e Ceilândia com o objetivo de descobrir quem são os agentes de segurança invasores e quais os becos que foram ocupados.

Segundo o secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão, são 180 becos invadidos – o que representa 360 ocupantes, já que cada terreno comporta dois lotes. Ele explica que 75% deles estão ocupados por policiais militares, enquanto os becos restantes foram cercados por bombeiros e policiais civis.

Para o deputado federal Alberto Fraga (PMDB-DF), um dos interlocutores entre o GDF e os policiais, o governo não conseguirá resolver o problema dos becos fazendo reunião na Secretaria de Segurança. "O governo está demorando demais a sinalizar que invasor não vai ficar com o lote", declarou. "Não se pode peitar o Estado dessa maneira", concluiu.



Dois serventes trabalham na obra do PM Moacir Santos, que invadiu um beco na QNM 34

Obras em ritmo acelerado

No estilo "daqui não saio, daqui ninguém me tira", o PM Moacir Santos, 37 anos, assume, nas folgas, o papel de pereiro para terminar a obra no Conjunto K da QNM 34. "No Lago Sul o governo regularizou um condomínio de juízes, promotores de justiça e delegados. Por que agiria de outro modo no nosso caso? Só porque aqui moram sargentos, cabos e soldados?", questiona.

Santos crê que o caso será regido pelo bom senso. "A melhor saída é conversar". A mesma disposição é defendida pelo desempregado Enivaldo Mendes de Lima, 41 anos. Casado com uma PM, ele gastou R\$ 4,5 mil para erguer uma casa no mesmo conjunto. "Se o governo quiser derrubar, vai ter que fazer comigo dentro. Não tenho condições de pagar R\$ 400 de aluguel", explica.

Para a secretaria Ivelise Longhi, da Seduh, não há justificativa para a transgressão. Ela descartou uma ação de retirada em Ceilândia e Taguatinga hoje. De acordo com Ivelise, há casos em que a ocupação, além de ferir a legislação, esbarra em questões ambientais. Outro problema é que sob o solo dos becos correm redes de telefone, água e esgoto, o que impede a ocupação.